

Sumário

PARTE 1 – DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

José Cairo Jr.

Capítulo I → INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	27
1. Conceito e denominação do Direito do Trabalho.....	27
2. Princípios do direito individual do trabalho	27
3. Fontes do Direito do Trabalho.....	31
Capítulo II → RELAÇÃO DE EMPREGO E CONTRATO DE TRABALHO	37
1. Elementos da relação de emprego	37
2. Relações de trabalho <i>lato sensu</i>	38
3. Contrato de trabalho	43
Capítulo III → EMPREGADO	53
1. Conceito	53
2. Empregados especiais	54
Capítulo IV → EMPREGADOR	71
1. Conceito	71
2. Empresa, estabelecimento e responsabilidade dos sócios	71
3. Grupo econômico.....	72
4. Sucessão de empregadores.....	73
5. Empregador e empregado rural.....	74
6. Terceirização	75
7. Contrato de empreitada e subempreitada.....	78
8. Responsabilidade do empregador por dano extrapatrimonial.....	79
Capítulo V → SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	83
1. Conceito	83
2. Diferenças entre salário e remuneração.....	83
3. Gorjetas	84
4. Salário mínimo.....	85
5. Critérios para aferição do salário.....	86
6. Prazo, forma e prova do pagamento	87

7. Modalidades de salário.....	88
8. Parcelas indenizatórias	99
9. Parcelas <i>in natura</i>	103
10. Proteção ao salário	104
11. Isonomia salarial	107
 Capítulo VI → JORNADA DE TRABALHO	 111
1. Jornada normal de trabalho	111
2. Jornada extraordinária.....	112
3. Empregados excluídos das horas extras	119
4. Base de cálculo do valor das horas extras e sua integração ao salário.....	119
5. Jornadas especiais.....	121
6. Jornada noturna.....	125
7. Intervalo intrajornada	126
8. Intervalo interjornada	128
9. Repouso semanal remunerado	128
10. Férias	130
 Capítulo VII → ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	 137
1. Alterações contratuais lícitas.....	137
2. Alterações do regulamento da empresa.....	137
3. Alterações contratuais e prescrição	138
4. Cargo de confiança/reversão	139
5. Transferência do local de trabalho	139
 Capítulo VIII → SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	 141
1. Distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho	141
2. Casos de suspensão do contrato de trabalho	141
3. Casos de interrupção do contrato de trabalho.....	142
4. Situações especiais.....	144
 Capítulo IX → EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	 145
1. Despedida sem justa – demissão – aviso prévio	145
2. Demissão	148
3. Despedida por justa causa	148
4. Rescisão indireta do contrato de trabalho	149
5. Outras causas extintivas do contrato de trabalho	150
6. Prescrição e decadência	153
7. Efeitos financeiros da extinção do contrato de trabalho	156
8. Quadro sinóptico	162
 Capítulo X → FGTS E ESTABILIDADE	 163
1. Conceito de FGTS.....	163
2. Valor e base de cálculo do FGTS.....	163

3. Hipóteses para movimentação do FGTS	164
4. Multa de 40% sobre o FGTS	165
5. Estabilidade definitiva.....	166
6. Estabilidade provisória	167
7. Readmissão, reintegração e conversão em indenização	172
Capítulo XI → SAÚDE, MEDICINA E HIGIENE DO TRABALHO	175
1. Meio ambiente do trabalho	175
2. Proteção legal ao meio ambiente do trabalho	175
3. Atestado de saúde ocupacional.....	176
Capítulo XII → DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	179
1. Conceito	179
2. Princípios do Direito Coletivo do Trabalho.....	179
3. Poder normativo.....	181
4. Sindicato	181
5. Liberdade sindical	190
6. Convenção e acordo coletivo de trabalho.....	192
7. Greve	198
Capítulo XIII → PROCESSO DO TRABALHO	201
1. Direito Processual do Trabalho	201
1.2. Princípios e peculiaridades do processo laboral	201
2. Comissão de conciliação prévia	204
3. Justiça do Trabalho.....	206
4. Ministério Público do Trabalho	212
5. Despesas processuais.....	213
6. Partes.....	219
7. Advogado	225
8. Atos, termos e prazos processuais.....	228
9. Nulidades.....	231
10. Ações trabalhistas.....	232
11. Audiência.....	238
12. Defesa	241
13. Provas, princípios e peculiaridades	244
14. Decisões interlocutórias, tutelas provisórias e sentença.....	252
15. A sentença e as contribuições sociais	257
16. Recursos	258
17. Ação rescisória	280
18. Liquidação de sentença	295
19. Execução	297
20. Mandado de segurança.....	308
21. Dissídio coletivo	309
22. Ação de cumprimento	311
23. Ação de cumprimento	312

PARTE 2 – DIREITOS DIFUSOS**DIREITO AMBIENTAL***Romeu Thomé*

Capítulo I → PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL	317
1. Princípio do desenvolvimento sustentável	317
2. Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana	318
3. Princípio da prevenção e da precaução	319
4. Princípio do poluidor-pagador	321
5. Princípio do usuário-pagador	322
6. Princípio da obrigatoriedade de atuação (intervenção) estatal / Princípio da natureza pública da proteção ambiental	323
7. Princípio da participação comunitária (popular) / Princípio democrático	323
8. Princípio da informação	324
9. Princípio da educação ambiental	324
10. Princípio da função socioambiental da propriedade	325
11. Princípio da cooperação entre os povos	326
12. Princípio do controle do poluidor pelo poder público / Princípio do limite.....	327
Capítulo II → O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	329
1. Direito difuso e de 3ª geração	329
2. Principais ações constitucionais: Ação Civil Pública e Ação Popular Ambiental	330
3. Competências constitucionais em matéria ambiental	331
4. O artigo 225 da Constituição de 1988	332
Capítulo III → POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	337
1. Introdução.....	337
2. Conceitos relevantes	337
3. Objetivos específicos da política nacional do meio ambiente.....	339
4. SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente	340
5. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	343
6. Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente	346
7. TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	348
Capítulo IV → LICENCIAMENTO AMBIENTAL	349
1. Conceito	349
2. Tipos de Licença Ambiental	350
3. Competência para licenciar	350
4. Prazos de análise para a concessão de licenças ambientais	352
5. Audiência pública ambiental	353
6. Prazos de validade das licenças ambientais	353
7. Modificação, suspensão e cancelamento da licença ambiental.....	354

Capítulo V → CÓDIGO FLORESTAL	355
1. Introdução.....	355
2. Conceitos relevantes	355
3. Área de Preservação Permanente – APP	356
4. Área de Reserva Legal – RL.....	357
5. Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	358
6. Servidão Florestal	359
7. Cota de Reserva Ambiental – Cra.....	359
8. Áreas consolidadas até 22.07.2008	359
Capítulo VI → SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC.....	361
1. Introdução.....	361
2. Conceitos relevantes	362
3. Instituto Chico Mendes	363
4. Classificação das unidades de conservação	363
5. Unidades de Conservação de Proteção Integral	365
6. Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	366
7. Criação, alteração e supressão de Unidades de Conservação	367
8. Zona de amortecimento	368
9. Corredores ecológicos	368
10. Plano de manejo	368
11. Compensação ambiental.....	369
12. Reserva da biosfera.....	370
13. Decreto regulamentador	370
Capítulo VII → LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	371
1. Introdução.....	371
2. Responsabilidade penal das pessoas físicas nos crimes ambientais	372
3. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos crimes ambientais	373
4. Aplicação da pena	374
5. Penas aplicáveis.....	375
6. Atenuantes e agravantes	377
7. Suspensão condicional da pena.....	378
8. Prova emprestada.....	378
9. Liquidação forçada.....	378
10. Apreensão do produto	378
11. Da ação e do processo penal.....	379
12. Dos crimes contra o meio ambiente.....	379
13. Princípio da especialidade	383
Referências.....	385

ECA*Guilherme Freire de Melo Barros*

Capítulo I → LIÇÕES PRELIMINARES	389
1. Introdução.....	389
2. Proteção integral e absoluta prioridade.....	389
3. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito.....	390
4. Conceito de criança e de adolescente	391
5. Aplicação do Estatuto a quem já completou a maioridade	392
6. Interpretação do Estatuto.....	393
7. Competência legislativa.....	393
Capítulo II → DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	395
1. Dignidade da pessoa humana	395
2. Direito à vida e à saúde	396
3. Identificação adequada.....	397
4. Maus-tratos, castigo físico e tratamento cruel ou degradante – comunicação ao conselho tutelar	397
5. Preocupação com entrega da criança à adoção.....	398
6. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	398
7. Direito à educação sem castigo físico, tratamento cruel ou degradante.....	400
Capítulo III → DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	401
1. Introdução.....	401
2. Convivência familiar	401
3. Permanência fora do convívio familiar – limites.....	402
4. Entrega do filho para adoção	403
5. Apadrinhamento	404
6. Igualdade de direitos entre os filhos	405
7. Poder familiar	406
8. Carença de recursos materiais	406
9. Condenação criminal	407
10. Processo judicial contraditório para perda ou suspensão do poder familiar	407
11. Família natural	408
12. Reconhecimento de filho e de estado de filiação.....	408
Capítulo IV → FAMÍLIA SUBSTITUTA	411
1. Introdução.....	411
2. Diretrizes gerais sobre a colocação em família substituta.....	411
3. Guarda	414
4. Tutela.....	415
5. Adoção.....	416
Capítulo V → EDUCAÇÃO	427
1. Introdução.....	427
2. Direito à educação	427
3. Comunicação ao Conselho Tutelar.....	429

Capítulo VI → PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO	431
1. Introdução.....	431
2. Idade mínima para trabalho	431
3. Proteção ao trabalho do adolescente	432
4. Trabalho técnico-profissional para o aprendiz	433
Capítulo VII → PREVENÇÃO	435
1. Introdução.....	435
2. Prevenção referente à informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos	436
3. Prevenção à venda de produtos e serviços.....	436
4. Autorização para viajar	437
Capítulo VIII → POLÍTICA DE ATENDIMENTO	439
1. Introdução.....	439
2. Política de atendimento	439
3. Entidades de atendimento.....	442
4. Fiscalização das entidades	446
5. Medidas aplicáveis à entidade e a seus dirigentes.....	446
Capítulo IX → MEDIDAS DE PROTEÇÃO	447
1. Introdução.....	447
2. Situação de risco	447
3. Agentes	448
4. Rol de princípios	448
5. Medidas específicas de proteção.....	450
6. Situação de risco e fixação de competência.....	451
7. Medida de proteção X Medida socioeducativa	452
Capítulo X → PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL: DIREITOS E GARANTIAS	453
1. Introdução.....	453
2. Tempo do ato infracional/crime	453
3. Direitos individuais	454
4. Garantias processuais.....	456
Capítulo XI → MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	457
1. Introdução.....	457
2. Rol de medidas socioeducativas	457
3. Principais características	457
4. Medidas socioeducativas em espécie.....	459
Capítulo XII → REMISSÃO	469
1. Introdução.....	469
2. Momento para concessão da remissão	469
3. Características.....	470

Capítulo XIII → CONSELHO TUTELAR	473
1. Introdução.....	473
2. Características.....	473
3. Composição e características dos integrantes.....	473
4. Atribuições	475
Capítulo XIV → JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	477
1. Introdução.....	477
2. Acesso à Justiça	477
3. Competência	478
4. Serviços auxiliares	482
Capítulo XV → PROCEDIMENTOS	483
1. Introdução.....	483
2. Perda ou suspensão do poder familiar	483
3. Colocação em família substituta	484
4. Habilitação dos pretendentes à adoção.....	485
5. Apuração de irregularidades em entidade de atendimento	485
6. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente	486
Capítulo XVI → APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	487
1. Introdução.....	487
2. Apreensão e encaminhamento	487
3. Flagrante de ato infracional	487
4. Formação da convicção do Ministério Público	488
5. Possíveis medidas do Ministério Público	489
6. Prazo de conclusão do procedimento	490
7. Providências para realização da audiência de apresentação	490
8. Sentença	492
9. Termos jurídicos próprios do Estatuto	493
Capítulo XVII → RECURSOS	495
1. Introdução.....	495
2. Preparo	495
3. Prazos	495
4. Tramitação prioritária dos recursos.....	496
5. Apelação	496
Capítulo XVIII → MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E TUTELA DE DIREITOS	499
1. Ministério Público.....	499
2. Advocacia	500
3. Tutela de direitos individuais e coletivos	500

Capítulo XIX → CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	503
1. Introdução.....	503
2. Leis penais e processuais penais	503
3. Ação pública incondicionada.....	504
4. Modalidade culposa	504
5. Prescrição de infrações administrativas	504
6. Crime de mera conduta e tentativa	504
7. Produção de material pornográfico – crime	504
8. Artigo 243 – alcance	504
9. Venda de produtos sem potencialidade lesiva – atipicidade.....	505
10. Efeito obrigatório da condenação – art. 244-A.....	505
11. Corrupção de menores – crime formal	505
12. Inconstitucionalidade declarada pelo STF	505
13. Sujeitos da infração administrativa do art. 249	506
14. Hospedagem de criança ou adolescente – infração administrativa	506
15. Transmissão de espetáculo de forma inadequada – infração administrativa	506
Bibliografia.....	507

DIREITO DO CONSUMIDOR

Leonardo de Medeiros Garcia

Capítulo I → REGULAMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	513
1. A Constituição e Código de Defesa do Consumidor	513
2. Norma de ordem pública e de interesse social.....	514
3. Aplicação do CDC aos contratos celebrados anteriormente	515
Capítulo II → RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	517
1. Conceito de consumidor	517
2. Consumidor por equiparação	520
3. Conceito de fornecedor	521
4. Conceito de produto	522
5. Conceito de serviço	522
6. Principais casos de aplicação do CDC pelo STJ.....	523
7. Principais casos de não aplicação do CDC pelo STJ	524
Capítulo III → POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	525
1. Objetivos e princípios	525
2. Execução da Política Nacional das Relações de Consumo.....	526
Capítulo IV → DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR.....	527
1. Modificação e revisão das cláusulas contratuais	528
2. Efetiva reparação de danos patrimoniais e morais.....	529
3. Inversão do ônus da prova.....	530

Capítulo V → NOCIVIDADE E PERICULOSIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	533
Capítulo VI → RESPONSABILIDADE CIVIL (FATO X VÍCIO)	535
Capítulo VII → RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO	539
1. Excludentes de responsabilidade	539
2. Responsabilidade do comerciante	541
Capítulo VIII → RESPONSABILIDADE PELO FATO DO SERVIÇO	543
1. Responsabilidade dos médicos e hospitais	544
2. Responsabilidade pela perda de uma chance	545
Capítulo IX → RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO	547
1. Vício do produto	547
2. Vícios dos serviços – qualidade e quantidade	550
Capítulo X → SERVIÇOS PÚBLICOS	553
Capítulo XI → DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO	555
1. Conceito	555
2. Prazos decadenciais no CDC	555
3. Prazo prescricional no CDC	557
Capítulo XII → DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	559
1. Responsabilidade de algumas sociedades	561
Capítulo XIII → OFERTA	563
1. Princípio da vinculação contratual da oferta	563
2. Princípio da transparência na oferta	564
3. Oferta de componentes e reposição de peças	565
4. Oferta veiculada à distância	566
5. Responsabilidade solidária	566
Capítulo XIV → PUBLICIDADE	567
1. Princípios aplicáveis à publicidade no Código de Defesa do Consumidor	567
Capítulo XV → PRÁTICAS ABUSIVAS	571
1. Venda casada (art. 39, I, parte a)	571
2. Venda quantitativa (art. 39, I, parte b)	571
3. Recusar atendimento às demandas (art. 39, II)	572

4. Fornecimento não solicitado (art. 39, III).....	572
5. Aproveitamento da vulnerabilidade do consumidor (art. 39, IV)	572
6. Exigir do consumidor vantagem excessiva (art. 39, V).....	573
7. Serviços sem orçamento e autorização expressa (art. 39, VI)	573
8. Repasse de dados e informações depreciativas (art. 39, VII).....	574
9. Inobservância de normas técnicas (art. 39, VIII).....	574
10. Recusa de venda com pagamento a vista (art. 39, IX)	574
11. Elevação injustificada de preços (art. 39, X)	575
12. Inexistência de prazo para cumprimento de obrigação (art. 39, XII)	575
13. Índice de reajuste diverso (art. 39, XIII)	575
Capítulo XVI → COBRANÇA DE DÍVIDAS	577
1. Forma de cobrança de dívida.....	577
2. Repetição do indébito	577
Capítulo XVII → BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES.....	579
1. Direito de acesso.....	580
2. Direito de informação	580
3. Direito de retificação	581
4. Direito de exclusão.....	581
5. Arquivos de consumo e dano moral.....	582
6. Dívida <i>sub judice</i>	583
7. Cadastros de inadimplentes e o Novo CPC.....	583
Capítulo XVIII → PROTEÇÃO CONTRATUAL	585
1. Generalidades	585
2. Direito de arrependimento	586
3. Garantia contratual e legal.....	587
Capítulo XIX → CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS	589
1. Generalidades	589
2. Espécies de cláusulas abusivas	590
3. Controle de cláusulas contratuais	594
Capítulo XX → FINANCIAMENTO DE BENS E SERVIÇOS	595
1. Cláusula de decaimento	595
2. Consórcio.....	596
Capítulo XXI → CONTRATOS DE ADESÃO	597
1. Definição e características	597
2. Cláusula resolutória	597
3. Destaque para a cláusula que implique limitação de direito	598
Capítulo XXII → SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	599

Capítulo XXIII → INFRAÇÕES PENAS	601
1. Condutas típicas estabelecidas pelo CDC	602
Capítulo XXIV → DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	605
1. Introdução.....	605
2. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	606
3. Legitimidade	607
4. Ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos.....	609
Capítulo XXV → CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	617

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS

Paulo Henrique Gonçalves Portela

Capítulo I → INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	621
1. Conceito de Direito Internacional Público.....	621
2. Objeto do Direito Internacional Público	621
3. Características do Direito Internacional Público	622
4. Fundamento do Direito Internacional Público	623
5. Relações do Direito Internacional com o Direito interno.....	624
Capítulo II → FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	629
1. Fontes: conceito e informações gerais.....	629
2. Fontes estatutárias – fontes do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ).....	630
3. Fontes extraestatutárias.....	633
Capítulo III → FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – TRATADOS	637
1. Introdução.....	637
2. Terminologia	638
3. Classificação.....	639
4. Condições de validade.....	639
5. Etapas do processo de elaboração dos tratados.....	641
6. Incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro.....	645
7. Efeitos dos tratados.....	646
8. Interpretação.....	646
9. Adesão	646
10. Emenda	647
11. Reservas	647
12. Extinção e suspensão e dos tratados.....	648
13. Conflito entre o Direito Internacional e o Direito interno e hierarquia dos tratados no ordenamento jurídico brasileiro	649

Capítulo IV → SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	653
1. Personalidade internacional: os sujeitos de Direito Internacional	653
2. O Estado	654
3. As organizações internacionais	654
4. Os blocos regionais.....	654
5. A Santa Sé e o Vaticano	655
6. Beligerantes e insurgentes.....	655
7. Indivíduos, empresas e ONGs.....	656
Capítulo V → O ESTADO	659
1. O Estado. Introdução.....	659
2. Reconhecimento de Estado e de governo	661
3. Direitos e deveres fundamentais dos Estados	663
4. Imunidade de jurisdição	663
Capítulo VI → ÓRGÃOS DO ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES	669
1. Órgãos do Estado nas relações internacionais: noções gerais.....	669
2. Privilégios e imunidades: noções gerais.....	675
3. Imunidades diplomáticas	676
4. Imunidades consulares.....	678
Capítulo VII → AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. A ONU. A OEA.....	681
1. Teoria geral das organizações internacionais.....	681
2. A imunidade das organizações internacionais	684
3. A Organização das Nações Unidas (ONU).....	685
4. Organismos especializados do Sistema das Nações Unidas.....	690
5. Organização dos Estados Americanos (OEA).....	691
Capítulo VIII → NACIONALIDADE	693
1. Noções gerais.....	693
2. Nacionalidade originária brasileira	696
3. Nacionalidade adquirida brasileira: a naturalização no Brasil.....	697
4. Mudança de nacionalidade, perda e reaquisição da nacionalidade brasileira.....	700
5. Estatuto da Igualdade Brasil-Portugal.....	701
Capítulo IX → CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO	703
1. Introdução.....	703
2. Entrada e permanência em Estado estrangeiro	705
3. Impedimento e repatriação	709
4. Deportação	710
5. Expulsão	712
5. Extradicação.....	714
6. Asilo e refúgio	719
7. O Estatuto da Igualdade.....	723

Capítulo X → RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	725
1. Noções fundamentais	725
2. Elementos da responsabilidade internacional.....	727
3. Excludentes da responsabilidade internacional.....	729
4. Proteção diplomática	730
5. Esboço de Artigos sobre a Responsabilidade de Estados por Atos Ilícitos Internacionais.....	730
 Capítulo XI → DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO	
E DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	735
1. Conceito	735
2. Histórico	735
3. Principais organizações internacionais na área de Direito Internacional Econômico	736
4. A Organização Mundial do Comércio (OMC). Direito do Comércio Internacional.....	737
5. Principais acordos comerciais celebrados na OMC.....	741
 Capítulo XII → DIREITO DA INTEGRAÇÃO E DIREITO COMUNITÁRIO ...	749
1. Noções gerais.....	749
2. Mercosul.....	750
3. Estrutura e funcionamento do Mercosul	753
4. Solução de controvérsias no Mercosul	755
5. União Europeia	758
 Capítulo XIII → SOLUÇÃO PACÍFICA	
DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS.....	761
1. Introdução: as controvérsias internacionais	761
2. Meios diplomáticos e políticos	762
3. Meios semijudiciais: a arbitragem internacional.....	764
4. Mecanismos judiciais: cortes e tribunais internacionais	765
 Capítulo XIV → DIREITO DO MAR	769
1. Introdução: o domínio público internacional	769
2. Direito do mar, dos rios e das águas interiores	769
3. Espaços tutelados pelo Direito do Mar	770
4. Navegação Marítima.....	773
5. Rios internacionais	774
6. Águas interiores	774
 Capítulo XV → DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	775
1. Conceito e noções preliminares.....	775
2. Objeto	776
3. Fontes.....	776
4. A norma de Direito Internacional Privado	777
5. Elementos de conexão	779

Capítulo XVI → TÓPICOS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	785
1. Cooperação jurídica internacional no CPC 2015.....	785
2. Homologação de sentenças estrangeiras.....	787
3. Carta rogatória.....	793
4. Auxílio direto	798
5. Regime das provas	799
6. Competência internacional: Direito Processual Civil internacional.....	800
7. Sequestro internacional de crianças: a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia).....	804
Capítulo XVII → DIREITOS HUMANOS.....	809
1. Conceito	809
2. Fundamento.....	809
3. Características.....	809
4. Breve evolução histórica	810
5. Gerações e dimensões dos direitos humanos.....	811
6. Direito Internacional dos Direitos Humanos	812
7. A proteção internacional dos direitos humanos e o Direito brasileiro.....	815
Capítulo XVIII → PRINCIPAIS NORMAS E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	819
1. Sistema global	819
2. Principais instrumentos normativos do sistema global	819
3. O Direito Humanitário.....	826
4. Sistemas regionais de direitos humanos.....	829
5. Tribunal Penal Internacional (TPI).....	835